

Um Prêmio Nobel de Economia para Itapissuma

- 8 NOV 1985

GARIBOLDI MERCANTIL

Dinda Ext

Alexandre Barros (*)



Itapissuma, m u-nicipio per-nambucano de 12.000 ha-bitantes, re-cusou 150 mil dólares de finan-cia-men-to do Banco Mundial. A ci-dade não pre-cisa do di-nheiro e não quer endividar-se para o fu-turo. Modigliani, Prêmio Nobel de Eco-nomia, disse que o au-mento do défi-cit federal norte-americano que vem ocor-ren-do como re-sulta-do das polí-ticas da ad-minis-tração Reagan com-pro-mete as fu-turas gerações de norte-americano-s.

Se a Academia Real de Ciências da Sécu-ria au-torga o Prêmio Nobel com al-gum crité-rio de vali-da-de ci-en-tífica, a popula-ção de Itapissuma deveria ganhar um pedaço dos duzentos e mu-tos mil dóla-res do No-bel. Os itapissumenses sa-bem que não vale a pena endividar-se excessi-va-mente para um bene-fício de cará-ter duvidoso. Esse tipo de noção, entretanto, é mu-tó difícil de ma-terializar à pro-porção que cresce a es-ca-la de de-cisão, porque a respon-sabi-lida-de fica di-

luida e acaba não sendo de ninguém.

O con-sumidor in-di-vidual sabe os limi-tes do seu endi-vidamento pa-ra in-vestir ou pa-ra con-sumir. O em-pre-sário tam-bém. O mu-nicipio sabe que o aperto vai cair em cima de seus ci-dadãos.

Quando a de-cisão, seja ela de endividamento, seja de ou-tra na-tur-eza, passa a ser feita em es-ca-la na-cio-nal, esse tipo de con-tro-le des-aparece. O ci-dadão já não tem mais con-trole so-bre o endividamento que ele vai ter de pa-gar e o bu-rocrata já es-tará lon-ge quando o problema aparecer.

Durante o pe-riodo 1964-85, a pre-su-ção era de que po-lí-ticos de pe-que-nos mu-nici-pios eram ir-re-sponsá-veis e iam con-struir fo-ntes lu-mino-sas em vez de fa-zer in-vesti-mentos pro-ducti-vo-s. A respo-sta encon-trada foi ce-ntralizar de-ci-sões em es-cri-tórios bra-siliense-s.

Por conta disso, disse-me, há al-gum tempo, o go-ver-na-dor Esperidião Amin, de Santa Catarina, é que exis-te uma avenida em Flori-anópolis con-struída na di-reção erra-dá. Ou seja, no se-nido do engarrafamento não exis-te rua nova. No trajeto que ninguém faz repousa uma magnífica

avenida sem utili-zação. A con-strução só oco-reu por-que os bu-rocratas de Brasília achavam que era a so-lução mais ade-quada. Se a de-cisão tivesse sido lo-cal, provavel-mente essa si-tua-ção não oco-rreria. Se erros fossem feitos num si-stema des-centralizado: problema local a custo lo-cal. Com a ce-ntraliza-ção, o que oco-re é que o ab-surdo fi-ca sendo lo-cal, o custo fi-nan-ceiro é so-cializado a nível na-cional e a respon-sa-bilida-de polí-tica inexiste.

Em fins da dé-cada de 60, um es-tu-do do Banco Mu-ni-cipal cha-mava a aten-ção pa-ra o fato de que o es-tabele-cimento de con-troles exces-sivos nas bu-rocracias dos paí-ses em de-sen-volvi-mento não acaba-vá nem com a corrupção nem com a ine-ciên-cia. Ao con-trário, só tor-na-va mais di-fí-cil de-tectá-las. Isso por-que, quando se con-figura-va uma ou a ou-trá, a respon-sa-bilida-de não podia ser im-pu-tada a ninguém, dada a sua di-lui-ção.

No caso das ex-ports brasilei-ras, a si-tua-ção é se-mel-hante. O País en-fren-ta hoje nos Estados Unidos a amea-ça de protec-ionis-mo crescente. Um se-tor pri-va-do como o de pro-ducção de calçados tinha um proble-

ma a re-solver. Con-tratou lobistas pro-fissio-nais nos Es-tados Unidos e con-seguiu seu ob-jetivo. Enquanto isso, a bu-rocracia do Banco Ce-ntral não libera o pa-ga-mento dos se-ri-viços dos lobistas que vão tra-zer di-visas pa-ra o País e man-te-rem o nível de em-prego na in-dú-stria de calçados. Ou seja, quem con-trata o se-ri-viço e tem di-nhei-ro pa-para pa-gar se vê im-pedi-do de fa-zer o pa-ga-mento por-que quem tem au-tori-dade pa-para libera-rem o pa-ga-mento não tem in-tere-sses nen-hum a de-fender. Ao con-trário, só faz atrapa-lhar, ce-ntralizada-mente.

No ca-so (talvez fosse me-lhor dizer caos) do etanol, a si-tua-ção é con-trária. Como o as-sun-to está nas mãos do go-verno, nada anda.

O mer-cado norte-americano de etanol está pre-ses a ser per-di-do, por-que a es-traté-gia dos ne-gociado-res bra-silei-ros não está le-vando em con-ta as pecu-liar-iades do si-stema polí-tico norte-americano. A bu-rocracia está presu-mindo que Was-tington é Brasília, e corre o risco de meter os pés pelas mãos.

Do jeito que as coi-sas an-dam, acaba-remos com o ex-cesso de produ-ção de ál-cool sen-do que-imado nos

tanques de co-combus-tível lo-cais com o pos-sível au-men-to da per-centa-gem de ál-cool na mi-stura, quando po-derí-a-mos perfei-tamente acu-mular uns dóla-res.

Novamente, a des-vin-cu-lação entre o in-tere-sses, a de-ci-são e a sua implemen-ta-ção per-mite que se leve adiante uma polí-tica des-a-trosa.

Afinal de con-tas, que mal faz que-imar al-gumas di-visas, se se-mpre o go-verno ce-ntral pode pre-ssionar em-pre-sas pú-blicas e mu-nici-pios pa-para re-cer-berem dóla-res de que não pre-ci-sam e, na sua falta, atra-sar os pa-ga-mentos devidos por quem con-tratou pro-fissio-nais pa-para de-fen-der seus in-tere-sses eficiente-mente, mas não tem au-tori-dade pa-para assi-nar os che-ques em moeda forte pelos se-ri-viços que con-tratou?

Itapissuma deu o exem-plo. Os in-tere-ssados sa-bem o que é bo-m para e-les. Con-fi-ramo-lo pelo Prêmio Nobel de eco-nomia. Resta sa-ber se o Prêmio Nobel vale al-guma coi-sa nos es-cri-tórios da oni-potente bu-rocracia bra-siliense.

(*) Ph.D. em Ciências Políticas pela Uni-versi-dade de Chicago e con-sul-tor de em-pre-sas em Análise de Risco Político.